

Fonte: JB (Brail) / 4
 Data: 26/8/2001 Pg.
 Class: 273

Brasília - Davi Zoccolí



A índia-socióloga Azelene Kaingangue na Praça do Compromisso, em Brasília, onde o índio pataxó Gaudino foi queimado.

Pela tutela sem incapacitação

Azelene Kaingang, socióloga índia, diz que legislação é preconceituosa

TOMÁS ABSALÃO

A índia e socióloga Azelene Kaingangue defende a tese de que a legislação indigenista brasileira é preconceituosa. Não é à toa que a mudança na legislação brasileira é a principal reivindicação dos índios. Eles querem a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, uma vez que o Estatuto do Índio, ao estabelecer a tutela da União, considera o índio uma pessoa incapacitada. A mudança seria a redenção para cerca de 350 mil indígenas que vivem em terras demarcadas. O objetivo é manter a tutela mas eliminar a pecha de serem incapazes.

Escolhida representante das Organizações Indígenas do Brasil que vai a Durban, Azelene conseguiu arrancar do governo o compromisso de aprovar a nova legislação. "A aprovação do projeto é fundamental para que os povos indígenas possam superar a condição de incapacidade que

lhes é atribuída pela legislação em vigor, e cujo teor configura discriminação", diz ela.

Azelene é crítica ferrenha da forma como a tutela é tratada na lei. "A partir do momento que tem mais de 21 anos, o índio que estiver integrado "pacífica e harmoniosamente à sociedade nacional" (diz a lei) pode se emancipar, dispensando a tutela brasileira. A integração tem esse significado de capacidade. Em outras palavras, para ser capaz a lei diz que o índio tem que deixar de ser índio", critica Azelene.

O temor do governo brasileiro era de que a partir do reconhecimento do novo estatuto, os índios reivindicassem a autonomia de seus territórios — que hoje correspondem a 11% da área brasileira. "O que é um absurdo. Nunca se cogitou isso. O Brasil passou a defender a denominação com a ressalva de que não podemos nos tornar territórios independentes", conta Azelene.

O Brasil tem uma das maiores áreas de terras demarcadas do mundo, mas a transferência de posse continua sendo o principal motivo de violências nas aldeias. "O país reconhece a propriedade dos índios mas não concede a posse", diz o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Egon Heck. É o caso da reserva Raposa Serra do Sol, na região Norte de Roraima, que ocupa 1,78 milhão de hectares. Apesar de demarcada a área é alvo de uma batalha jurídica: de um lado o governo do estado e produtores, do outro os índios.

"O governo acredita que a homologação como está sendo proposta, de forma contínua, é um absurdo. Tudo que estiver dentro do perímetro deve deixar a região. Isso vai acabar com a economia da região", diz Francisco Esperidião, assessor de imprensa do governo de Roraima. "Se você não demarca terras contínuas e deixa fazendo, os in-

teresses econômicas vão imprensando esses índios que acabam se transformando em bóias frias", critica Egon. Outro agravante é que a Funai não tem verba suficiente para indenizar as benfeitorias feitas por posseiros em terras demarcadas.

Aproximadamente 580 terras indígenas foram demarcadas, mas 160 ainda não foram homologadas. A nomeação de um índio para a presidência da Funai é outra reivindicação. "Mas há uma resistência enorme contra isso", constata Azelene. Ela conta que a expectativa dos índios é ocorra a incorporação da legislação interna da posição já assumida internacionalmente pelo governo brasileiro sobre o conceito de povos indígenas: "Do ponto de vista internacional, a diplomacia cumpriu com sua missão. Do ponto de vista nacional, mostrou-se para o governo o que é preciso fazer para termos uma democracia racial."